



Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia



ASAS

Aldeias Sustentáveis e Activas



Título: Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia

Autores: Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Instituto das Comunidades Educativas e Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura

Edição: Edição de autor

Ano: 2013

ISBN: 978-972-97116-8-8

978-989-95386-4-1

978-972-99414-6-7

Edição e imagem: NaturBarroso, Lda

Este documento foi elaborado a partir dum relatório técnico desenvolvido por uma equipa coordenada por João Cordovil e integrada por Pedro Hespanha e António Cardoso Ferreira e que contou ainda com a participação de José João Rodrigues.

Por decisão da parceria do projecto ASAS - Aldeias Sustentáveis e Activas, este documento não foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

Índice

1.	Introdução	6
2.	O meio rural em transformação	9
3.	Pressupostos estratégico-metodológicos da intervenção em contexto de aldeia	16
4.	Recomendações	20

1.

Introdução

A abordagem política e económica que há décadas impera tornou o rural periférico e marginal, nomeadamente em relação a muitas das dinâmicas económicas globais. É necessário prosseguir uma intervenção que assuma a centralidade do rural, recuperando algumas das realidades sociais e económicas que ainda o caracterizam, procurando a sua afirmação numa estratégia de desenvolvimento renovada e renovadora e contrariando as adversidades. Assim, um dos compromissos institucionais vinculados no quadro do projecto **ASAS – Aldeias Sustentáveis e Activas** foi que, através de um instrumento de proposta política designado como *Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia*, se procurasse este novo caminho para o futuro dos territórios rurais, alicerçado numa forma de actuação que privilegie a participação das comunidades locais como princípio primeiro de mobilização de potencialidades e de vontades integradoras, que permitam às aldeias (com o seu capital social, económico e político) desenhar e integrar uma estratégia de desenvolvimento rural.

O projecto deu sobretudo prioridade a contactos presenciais de natureza diversa com agentes de desenvolvimento rural que intervêm em contexto de aldeia em todo o território nacional, com o intuito de vincular a proposta aqui apresentada ao conhecimento e vontade de quem trabalha neste contexto de forma mais directa, sendo que a generalidade das actividades desenvolvidas convergiram de forma articulada para este “dar voz” e para um reconhecimento de que é possível dar novo valor às aldeias e aos territórios rurais (ver em anexo narrativas sobre processos de desenvolvimento local e contextualização de alguns territórios envolvidos no quadro da análise do projecto), a partir de estratégias criativas e de um querer de quem não se deixa tolher por realidades adversas. Atendendo que a auto-sustentabilidade é um critério fundamental para o desenvolvimento em

meio rural, pretendeu-se que as intervenções que procuramos envolver/desocultar tivessem acima de tudo uma perspectiva integrada, embora não deixássemos de ter em consideração actuações – na verdade maioritárias – com ambições mais parciais, que mesmo não cumprindo totalmente os objectivos do projecto, continham princípios ou ensinamentos/conhecimento importantes para o reconhecimento de alguns obstáculos à intervenção ou de orientação estratégica.

Foi, em particular, o contacto com os territórios/aldeias, e sobretudo com quem vive o rural das mais diversas formas que permitiu a recolha de contributos para a definição de propostas de linhas políticas de actuação que estimulem a promoção de aldeias sustentáveis. Actividades como o Fórum ASAS, com a organização de dois encontros nacionais de entidades envolvidas em processos de revitalização de aldeias e doze acções descentralizadas; a constituição de uma *Comunidade de Prática* de âmbito nacional; a promoção de *intercâmbios de experiências* entre aldeias (de onde resultou um guia de boas práticas); e o desenvolvimento de uma *acção piloto na aldeia de Safara*, que teve como fruto a qualificação de interlocutores/as e facilitadores/as de aldeia que procurarão despoletar processos de participação e de reconhecimento do capital social... foram sem dúvida fundamentais para a criação como espaços organizados de participação de centenas de pessoas e dezenas de organizações.

Depois de mais de um ano de promoção deste projecto podemos, com efeito, dizer que se tornou possível coroar a reflexão produzida ao longo das suas várias iniciativas e dos contactos realizados com a apresentação de um Programa Mínimo que contempla uma *Caracterização do Rural e de Obstáculos à Intervenção* (ponto 2), a identificação dos *Pressupostos Estratégico-Metodológicos da Intervenção em Contexto de Aldeia* que orientam a requalificação das aldeias (ponto 3) e a enumeração de um conjunto de *Recomendações* aos poderes políticos e às entidades que interagem com o local rural (ponto 4). Naturalmente, e como se constatará, procurou-se contrariar em todos os pontos a tendência para encontrar “soluções-tipo” que não observem as diferenças que se verificam nos territórios rurais, valorizando a intervenção em aldeia a partir das necessidades específicas respondendo a problemas concretos, sem soluções acabadas ou definitivas.

Procurou-se que este documento surgisse como um compromisso não unanimista, de quem o foi elaborando, tomando-se como pressuposto essencial a necessidade de o considerarmos um produto aberto, permeável a novos contributos.

Uma consideração prévia importa, no entanto, fazer, e que destacamos como dimensão fulcral de toda a intervenção em meio rural (e nomeadamente em contexto de aldeia). Concretamente o facto de “O propósito de melhorar, de forma sustentável, as condições de vida e o bem-estar de comunidades rurais isoladas só poder ser perseguido no âmbito de estratégias eficazes e adequadas de Desenvolvimento Local que, para o efeito, terão de ser delineadas e planeadas, promovidas, implementadas e geridas com ampla e intensa participação da própria comunidade.” Com efeito, “a participação activa dos habitantes locais nas dinâmicas dos territórios assume-se como condição *sine qua non* para haver Desenvolvimento Local sustentável, (...) condição [que] decorre do pressuposto de que o DESENVOLVIMENTO não se oferece, reclama-se e constrói-se” (ver texto de Eduardo Figueira, em anexo).

2.

O meio rural em transformação

2.1 Diversidade e crise

Os territórios rurais viveram profundas alterações nas últimas décadas. A partir da segunda metade do século passado iniciou-se um êxodo demográfico de grandes proporções, com origem no interior do continente português e traduzindo-se em fluxos de emigração ou de migração interna com destino aos principais centros urbanos e industriais do litoral e ao estrangeiro. As zonas rurais da maior parte do continente português foram, assim, palco duma acentuada e crescente perda de recursos humanos e duma importante recomposição da estrutura demográfica, sendo o envelhecimento e a forte quebra populacional o traço dominante na generalidade destes territórios.

Este movimento foi acompanhado da perda da anterior hegemonia da agricultura nas economias e sociedades das aldeias e lugares. As inovações tecnológicas com aplicação na produção agrícola chegaram também, embora com atraso em relação aos países mais desenvolvidos, ao rural português, determinando um decréscimo das necessidades em espaço e trabalho na produção de alimentos. Embora não se expliquem exclusivamente devido à modernização do sector agrícola, os dados são esclarecedores: comparando com a realidade da década de 60, a agricultura portuguesa ocupa hoje bem menos que metade das pessoas e para a maioria das famílias ligadas a explorações agrícolas a sua principal fonte de rendimentos tem outra origem.

Coincidiram, portanto, dois grandes factores que levaram a uma determinante transformação do rural e da sua população: a modernização da agricultura que permitiu ganhos progressivos na produtividade, ocupando cada vez menos pessoas; a pobreza e a dureza da vida nos campos conduziram à migração de gerações que procuraram uma vida nova noutros lugares.

A par desta redução do peso da agricultura, foram tomando lugar novas actividades económicas: com impacte diferenciado consoante as regiões, a indústria instalou-se também nos territórios rurais; e desenvolveu-se uma “economia de serviços”, em boa parte sustentada pelo sector público (de forma directa ou indirecta).

Neste percurso, importa ainda assinalar que o último quartel do século XX, com o advento da democracia, trouxe uma considerável melhoria das condições de vida nas aldeias. A eletrificação, o saneamento, os equipamentos sociais básicos e a melhoria das redes viárias representaram um importante impulso para a qualidade de vida das populações rurais e a diminuição do seu isolamento. A reforma do Estado posterior ao 25 de Abril consagrou ainda funções muito relevantes ao Poder Local e à respectiva Administração, com fortes repercussões, em particular no interior, onde a administração local se destaca pela proximidade das populações e pelo grau de influência em domínios variados (investimento público, emprego, oferta de serviços, subsídios a actividades locais, etc.). Não menos importante é a constatação de que, nos últimos anos, se vem fazendo precisamente o percurso inverso (descapitalização do rural pelo encerramento de vários serviços), com efeitos determinantes para as populações e dificultando as possibilidades de fixação.

Este novo cenário, resultado deste conjunto de mudanças, determinou novas configurações. A diferenciação entre territórios rurais, antes sobretudo dependentes da diversidade dos sistemas agrários presentes em cada região, passou a ser ditada por uma relação complexa entre um conjunto mais alargado de factores. Assim, apesar do sentido geral das transformações definir grandes tendências, constata-se uma grande diversidade de situações.

Escolhemos, por isso, falar em “rurais” e não simplesmente num mundo

rural homogéneo que não identificamos na realidade. A diversificação das actividades económicas, mesmo que débil, teve sentidos e intensidades diferentes consoante as regiões e até no interior da mesma região. Percebemos que, apesar da perda de população nas aldeias ser um dado geral, esta ocorreu a diferentes ritmos, coexistindo situações de desaparecimento de povoações com aldeias que mantêm uma dimensão considerável, a par de muitas outras em que a pequena dimensão dos aglomerados persiste apesar das quebras demográficas. A maior ou menor distância a centros urbanos é também decisiva, tanto na fixação da população como nas possibilidades para a instalação de actividades económicas. Quando se afirma, a atractividade turística traduz-se numa procura por parte de urbanos com efeitos nas economias locais. Também a mobilização das populações, onde ocorre, não é indiferente aos destinos e desenvolvimento das comunidades.

Neste novo contexto não se apagaram totalmente os elementos do passado. Se é real o declínio da actividade agrícola, bem como o peso crescente do sector de serviços, verifica-se que, em vastas áreas rurais de baixa densidade, se mantém um relevante peso social e económico da agricultura. São exemplos marcantes as áreas vinhateiras do Douro ou de outras zonas do interior do continente, bem como grande parte da região alentejana. Em algumas zonas rurais, com maior proximidade de áreas urbanas, a actividade agrícola mantém um peso muito forte, sendo paradigmática a situação da "região oeste" situada a norte da área metropolitana de Lisboa, com nichos de produção intensivos e competitivos. Sendo certo que, ainda assim, mesmo nestas regiões, a agricultura já não é a principal actividade económica e não ocupa um número tão significativo de pessoas como no passado.

Embora de forma desigual consoante os locais e as regiões, é inegável a afirmação de novas dinâmicas económicas e sociais nas áreas rurais, em grande medida fundadas nas procuras de origem urbana. Em alguns locais, permitem mesmo a instalação de novas actividades económicas, nomeadamente serviços, que respondem às oportunidades geradas pela presença de turistas e visitantes. A este respeito, registamos que as condicionantes do actual ciclo económico depressivo e algumas medidas políticas em prejuízo das zonas mais periféricas (como, por exemplo, a cobrança de portagens em vias rodoviárias que haviam melhorado as

acessibilidades), podem quebrar a intensificação da mobilidade que se vinha verificando para estes territórios. Constatam-se também alguns elementos que contrariam o contexto geral de despovoamento e debilidade social das zonas rurais. A maior proximidade a centros urbanos e outras condições específicas de atractividade local podem criar condições favoráveis à instalação de “novos residentes” (com residência temporária ou permanente), gerando efeitos sensíveis na economia (por via do consumo, da conservação e reabilitação das suas residências, mas também de forma pontual na esfera produtiva directa) e determinando maior heterogeneidade, por contraste com sociedades locais com uma clara predominância de antigos residentes, mais homogéneas e, em geral, com um processo de declínio mais acentuado. A maior ou menor abertura e heterogeneidade das sociedades locais pode igualmente ter reflexos nos vínculos de pertença, de solidariedade e de vizinhança, tradicionalmente marcantes em meio rural.

Em suma, a intervenção em meio rural com base em estratégias de desenvolvimento local é assim fortemente condicionada pela diversidade de situações, não sendo possível construir respostas consistentes sem ter em conta essa diversidade e uma visão territorial integrada.

2.2 Factores de crise do meio rural: obstáculos ao desenvolvimento

Nas zonas de muito baixa densidade, que correspondem à situação mais frequente no contexto do continente português e onde se enfrentam limiares críticos de sustentabilidade, o desafio a uma intervenção integrada é particularmente exigente, tanto mais que, em especial nessas zonas, se faz sentir o efeito de obstáculos estruturais à requalificação do local, obstáculos que têm de ser tidos em conta por qualquer intervenção que se efectue em ordem à mudança e à modernidade.

Desde logo, e em primeiro lugar, a tendência para a descapitalização do meio rural. Se, de uma forma efectiva, e desde há longas décadas, se assistiu a uma enorme assimetria nos investimentos destinados à cidade e ao campo, com este permanentemente preterido em praticamente to-

dos os domínios da acção humana, nos últimos anos confrontamo-nos, pura e simplesmente, com o encerramento sucessivo de serviços, isto é, com a descapitalização dos lugares e aldeias. Deixando de poder contar com escolas, correios, estações de caminhos-de-ferro, extensões de saúde, carreiras de autocarro, etc., etc., as pessoas perdem qualidade de vida e acentuam o seu isolamento, crescendo o sentimento de gueto, quando muito rompido pelos que, menos idosos, se aventuram à migração (em muitos casos, nem sequer para as sedes dos concelhos – que vêem também diminuir a sua população – mas para a capital do distrito, da região e do país, ou para o estrangeiro).

A reforma administrativa recentemente programada virá agravar esta situação ao inviabilizar a solução de recurso

que, em situações extremas, representavam muitas das juntas de freguesia que poderão ser extintas e que assumem um papel de serviço de proximidade multifuncional.

Em segundo lugar, a circunstância de as aldeias e lugares em meio rural expostos à influência do meio urbano que lhes entra porta dentro pelo pequeno ecrã, a política fiscal ou a venda de bens de consumo, atentar contra a sua identidade e reduzir a sua auto-sustentabilidade. Sem força para contraporem a esta influência a valia das culturas que as definem, mas sem verdadeiramente se urbanizarem, as pessoas das aldeias e lugares, por esta forma subordinadas, tendem a fechar-se em si mesmas e a quebrar os laços de vizinhança e ajuda mútua que enformavam o seu passado.

São as dinâmicas que surgem – e que incluem aqui ou ali a chegada de novos habitantes – que contrariam a rotina e a reprodução do stato quo que esta acção corrosiva tende a provocar.

Em terceiro lugar, o facto de as divergências políticas que marcam a vida democrática a nível nacional assumir, pelo menos em algumas aldeias e lugares, a forma de roturas cristalizadas e incontornáveis, que se opõem à cooperação transversal entre os seus e as suas habitantes. Tal rotura não se explica verdadeiramente pelas características deste ou daquele partido – a bipolarização verifica-se, consoante a região do país, entre partidos distintos – mas, com frequência, pela acção clientelista de quem apoia ou

impede as realizações consoante a “cor” de quem as propõe.

Esta tendência é invertida quando surgem líderes que anulam a acção clientelista, consensualizando práticas de governança local participada.

Em quarto lugar, a lógica a que obedece o apoio do Estado, orientado, primordialmente, para a prática de prestação de serviços, a defesa da ordem e da lei, a distribuição de benesses, e uma abordagem fundada no modelo do mundo urbano: não surge tendo em conta as especificidades, nem a produção partilhada de soluções, a partir dos problemas com que se confrontam as sociedades locais.

Esta lógica, corrente nas práticas das respostas sociais, de saúde e, quando ainda é caso disso, de educação, pauta-se por intervenções de emergência não estruturantes e torna-se particularmente visível no caso dos programas de financiamento, marcados cada vez mais por requisitos formais e objectivos abrangentes que excluem da lista de beneficiários/as potenciais actores coletivos locais, demasiado frágeis para atender cabalmente às suas exigências.

Em quinto lugar, a forma que, aqui ou ali, assume o trabalho de parceria que se desenvolve em intenção a uma qualquer requalificação do local. Vemos, com efeito, que em lugar de funcionarem como parcerias de acção, definidas pelas problemáticas identificadas e pelos interesses e aspirações das populações que servem, constituem-se como parcerias de enquadramento, ditadas pelos mandatos que recebem da instituição de pertença de cada parceiro.

Dito de outra forma, em vez de serem fontes de sinergias, frutos da cooperação entre quem se implica, ampliando o seu poder e entusiasmo, tornam-se, em alguns lugares, coletes-de-força colocados nos “destinatários” dos projectos.

Em sexto lugar, o desencontro muitas vezes existente entre quem anima e quem é animado, desencontro ditado pela diferença de projectos e de intencionalidades entre uns e outros. A mudança é perseguida, nestes casos, em conformidade com um quadro de referências e de valores que se procura inculcar no “outro” sem se ter presente que os valores e as

referências desse "outro" podem conflitar com os propósitos de quem promove a mudança.

Este desencontro, que ocorre em particular quando quem anima é exógeno à comunidade animada, surge como uma das contradições que podem contrapor-se à importância estratégica que possui o recurso a impulsos externos, quando estão em causa comunidades em crise.

Em sétimo e último lugar, o localismo para que tendem certos locais e que se traduz no fechamento à modernidade e na recusa inconsciente à interacção com outras dinâmicas que podem vir, inclusivamente, da estrutura societária em geral.

Filho do isolamento, o localismo reflecte, simultaneamente, uma potencialidade: a auto-suficiência de valores e de práticas sociais, passíveis de induzir a auto-estima necessária à mudança.

Obstáculos estruturantes dos processos de mudança das sociedades locais, todos eles possuem, por traço comum, o facto de terem a sua origem não nas aldeias e lugares que fustigam, mas fora delas, isto é, nas políticas e práticas da estrutura societária, com excepção, em parte pelo menos, do localismo que, de algum modo, contribui para a operacionalização dos restantes obstáculos e cujas raízes encontramos na histórias do mundo rural e agrícola.

Em si mesmos, estes obstáculos emprestam ao meio rural uma aparência de realidade crítica sem regresso. Não é verdade. As estratégias e metodologias que se identificarão a seguir mostram-nos as possibilidades que se abrem a um futuro alternativo das aldeias do nosso país.

Em última análise, a consciência do peso desses obstáculos apenas nos diz que a aposta no desenvolvimento rural pressupõe, também, a aposta na transformação das práticas do Estado e da estrutura societária em geral.

3.

Pressupostos estratégico-metodológicos da intervenção em contexto de aldeia

Como dizemos na introdução, as muitas dinâmicas com que contactámos e que estudámos, os descritivos que obtivemos de experiências vividas por várias entidades e actores, bem como as reflexões produzidas nos diversos momentos de encontro em que participámos, permitiram identificar os eixos estratégico-metodológicos em torno dos quais se tendeu e tende a operar toda e qualquer intervenção em meio rural e, muito em particular, em contexto de aldeia. Sem se deixar de admitir que um estudo mais exaustivo nos levasse a revelar mais dimensões, consideramos, no entanto, desde já evidentes as que a seguir se identificam e que surgem, de facto, como pressupostos das iniciativas de requalificação e desenvolvimento das aldeias:

- A necessidade imperiosa de se encarar a mudança que se pretende como um desafio à construção de um poder alternativo, auto sustentado, à estruturação de uma “governança” que promova e represente os desejos e as aspirações locais. Uma aldeia só se requalifica pela autonomia que conquista e pela voz que ganhe nas relações que estabelece com os poderes que a cercam e de que depende. Subsequente do anterior, remete-nos este

pressuposto para a obrigatoriedade de assegurar a participação das populações, chamadas a mobilizar-se em torno de cada uma das iniciativas despoletadas, participação que significa não apenas estar presente mas ter a capacidade de opinião e decisão em todas as fases por que passam essas iniciativas: desde o diagnóstico e problematização à avaliação, passando pela operacionalização concreta. É essa participação que pode viabilizar a construção de governanças e a sustentabilidade dos processos.

- A obrigatoriedade de se perspectivar a mudança do local como um processo, lento e prolongado, que se não confunde com os projectos que se promovem, os quais devem ser vistos como contributos instrumentais, por vezes decisivos, mas, por regra, de curto e médio alcance. As mudanças são de duas naturezas distintas: as de 1º nível, de superfície, que podem ser atingidas num tempo curto ou médio por projectos que se desenvolvam; as de 2º nível, que mexem na estrutura profunda das coisas e que só são possíveis como frutos de processos de longa duração. Na maioria das aldeias do nosso país, a mudança só será efectiva se for estrutural, isto é, de 2º nível.

- A percepção de que “as portas de entrada” e os “pontos de partida” para o desenvolvimento são os mais variados: aqui um património, ali uma actividade agrícola ou pecuária, acolá uma prática cultural ou uma resposta social... quando não apenas o resultado de uma oportunidade que surge por um financiamento que aparece ou por um desafio de um recém-chegado à comunidade. A verdade é que todo o “começo” é prometedor desde que pertinente, induza a mobilização de pelo menos parte da sociedade local e tenha presente que a transformação desta só ocorre efectivamente quando o processo de desenvolvimento se torna multidimensional, potenciando os vários “pontos de partida” possíveis.

- A consciência de que os processos de requalificação, na maioria das vezes, tendem a ser conduzidos por “dispositivos exógenos”, isto é, dinamizados “de fora para dentro”. Por definição, o desenvolvimento faz-se de dentro para fora, pela afirmação e aprofundamento das potencialidades endógenas mas, em particular nos lugares atingidos pela anomia, pela acomodação às rotinas, acaba por se revelar decisivo o estímulo, o “empurrão” que é feito a partir de equipas ou pessoas exteriores ao quotidiano das aldeias. Assim o mostra o leque de narrativas, incluído em anexo e

que nos remete para a justeza de relevar o papel das Associações de Desenvolvimento Local que souberam “empapar-se” no local e não apenas intermediar as iniciativas locais.

- A necessidade de encarar e abordar as aldeias e os lugares não como comunidades homogéneas mas como sociedades locais marcadas por desigualdades e conflitos que, com frequência assumem a forma de roturas. As diferenças de rendimentos e de aspirações, as influências fraturantes da estrutura societária geral (designadamente por mediação dos partidos políticos) ou as tensões interpessoais por desavenças e desentendimentos confrontam-nos, com efeito, com uma heterogeneidade que, se não for adequadamente gerida, conduz a impasses insuperáveis.

- A pertinência estratégica de a intervenção se fazer por recurso a uma tripla pedagogia:

- A pedagogia da escuta – que exige a atenção extrema às aspirações, aos sinais de mal-estar, às competências e aos saberes que se abrigam nas pessoas e no local, de modo a se proceder a uma efectiva “desocultação do oculto”;

- A pedagogia do superávit – que aponta para a premência de se agir a partir do mais valor e não dos deficits, a partir do que há, e não do que não há, nas pessoas e nas “coisas”;

- A pedagogia do imprevisto – que obriga a recuperar e inscrever nas nossas intencionalidades os acasos, os imponderáveis que acontecem a cada momento nas dinâmicas em curso e no quotidiano das aldeias, fonte que são de criatividade e energia.

- A compreensão clara de que as aldeias sustentáveis e activas por que se pugna nada têm a ver com a recriação do passado que conheceram, mas sim com uma reconfiguração do presente que as projecte para um futuro viável e renovado, no modo de viver e de “sobreviver”.

- A também compreensão clara de que se impõe romper com o fechamento e localismo para que tendem muitos dos lugares. Parafraseando Miguel Torga diríamos que o local pode ser universal se não tiver paredes que o

escondam: a interação entre locais, a troca de experiências, a abertura, inclusive, ao meio urbano, são alavancas preciosas para a reconfiguração das aldeias. A prática mostra, de resto, que, em muitos casos, as aldeias só encontram futuro se inseridas em redes solidárias, unidas por problemáticas que as aproximem.

- O entendimento que se impõe ter quanto à pertinência de um trabalho em rede entre actores do local (isto é, as parcerias de acção), rede que induza, em acréscimo, uma prática colaborativa das várias entidades que interagem com o local: tendencialmente enformada e informada pelos interesses da parceria de acção, e não do mandato institucional a que obedece cada uma dessas entidades. O papel determinante que a festa, a informalidade e as relações interpessoais (convívio) desempenham na construção de um estar aberto, predisposto à expressão de sentimentos e afectos que alimentem a busca da felicidade e o desejo de mudança.

- O relevo que importa dar a líderes locais que se afirmem, e que tendam, de facto, a congregar vontades, a unir, a superar diferenças, anulando o efeito corrosivo de caciquismos e encarnando o poder colectivo que se quer efectivar.

- A constatação de que a requalificação das aldeias tem, naturalmente, a ganhar com os recursos financeiros e materiais que consiga atrair, mas que depende, em primeiro lugar, das pessoas que assumem a responsabilidade cívica de se empenhar voluntariamente (pertencam ou não à aldeia).

- A também constatação de que o/a animador/a de um processo de requalificação de aldeias, em particular quando lhes é exógeno, não é, não pode ser, um mero técnico. Trata-se sim de um/a gestor/a de relações humanas baseadas na confiança, no afecto, na capacidade de responder ao projecto “do outro” sem com isso perder a sua identidade. Dito de outra forma, quer-se que seja um/a artesã(o) social, capaz de se construir construindo.

- A pertinência de encarar a animação que acompanha um processo de requalificação de aldeias como um exercício de “navegação à vista” que se faz requestionando o que se encontra, reformulando estratégias e reo-

rientando iniciativas, isto é, procedendo-se a uma prática continuada de avaliação em situação em que participem os vários intervenientes.

Deve dizer-se que, como seria expectável, a maioria das dinâmicas em curso não contempla o conjunto destas estratégias. Mas há que ter consciência de que uma verdadeira requalificação das aldeias pressupõe que todas elas, ou pelo menos a sua maior parte, sejam tidas em conta.

4.

Recomendações

4.1 O estímulo à Iniciativa da Sociedade Civil

O levantamento das dinâmicas de animação do local em meio rural mostra, à evidência, o papel determinante que nelas assumem as pessoas individualmente consideradas e as entidades privadas, aqui ou ali apoiadas pelo poder autárquico. O Estado Central intervém, mas fundamentalmente financiando e quase sempre por mediação das estruturas locais da sociedade civil e autárquicas.

Toda e qualquer política de desenvolvimento do meio rural e em particular em contexto de aldeia terá de passar pelo reconhecimento deste facto de que se retiram necessariamente duas ilações.

A primeira, é da importância estratégica de as pessoas e as associações que pugnam pela requalificação das suas aldeias se dotarem de um pensamento estratégico, pelo recurso a espaços e tempos de reflexão que lhes permitam apropriar-se da realidade social, cultural, educativa, económica e política do meio rural e dos eixos metodológicos a que deve obedecer a sua intervenção (reflexão para que contribuámos com as considerações

feitas neste texto). A crise de sobrevivência que atinge muitas dessas associações e que desloca o centro de gravidade das suas preocupações da viabilização do rural para a da sua própria sustentabilidade tem de ser superada por uma continuada e renovada solidariedade como presente/futuro do território e por uma substituição da lógica de projectos para a lógica de processos.

A segunda, é do imperativo dos financiadores, e, em particular, o Estado Central (ou desconcentrado) encararem as entidades que apoiam não como mediadores das suas políticas mas como interlocutores de políticas locais que importa desenvolver, repita-se, não enquanto suas agências, enquanto fontes desconcentradas do seu poder, mas enquanto sujeitos activos de processos em transformação.

4.2 O papel das autarquias

É evidente – já o dissemos – a acção determinante que o poder local teve na melhoria das condições de vida das populações das aldeias: generalização de saneamento básico, construção de estradas, ligação à rede eléctrica, fornecimento de água, etc. E essa acção prossegue hoje, em muitos casos, através de financiamentos que cativa e implementa e de serviços de proximidade que realiza (no que se destacam as juntas de freguesia), vitais nestes tempos em que se encerram vários bens públicos.

Impõe-se, no entanto, que também as autarquias, e, em especial, os municípios se assumam não como autores mas fundamentalmente como cursos, não necessariamente materiais, dos actores individuais ou colectivos que promovem o desenvolvimento local, predispondo-se a um diálogo politicamente plural e social e culturalmente diverso.

A participação dos cidadãos e cidadãs nas decisões que lhes dizem respeito deve ser uma constante, tornando-se fulcral quando está em causa a criação de futuros alternativos, como sucede nas aldeias periféricas.

4.3 Pressupostos de financiamentos

Como é evidente, muitas das iniciativas de requalificação das aldeias, do seu modo de viver e modernizar, exigem investimento financeiro. Mas o apoio necessário não se reduz a este. Quatro pressupostos devem ser tidos em conta antes de falarmos em financiamento.

Em primeiro lugar, o imperativo de se pôr termo e inverter a política que vem sendo seguida de descapitalização do mundo rural. Apoiar projectos integrados de aldeia ao mesmo tempo que se as afasta progressivamente do acesso aos serviços escolares, de saúde, de comunicações, de transportes, etc. é, no mínimo, comprometer os impactos da intervenção e a utilização eficiente dos recursos disponíveis (e não apenas aos financeiros).

Em segundo lugar o também imperativo de não reduzir a recapitalização do meio rural a uma mera canalização de investimento. Recapitalizar significa, igualmente, revalorizar o local, o que coloca a tónica no VALOR. É importante, primeiramente, reconhecer o(s) valor(es) dos recursos existentes para, depois, o(s) "capitalizar" sob a forma de produtos e processos que conduzam em última instância a uma melhoria da qualidade de vida oferecida a quem ali resida ou pretenda residir.

Em terceiro lugar, o ainda imperativo de apostar numa política agrícola, mas adequada e aferida à realidade actual do meio rural. A verdade é que na maioria dos casos o desenvolvimento da agricultura não garante que as sociedades integradas no meio rural dele beneficiem, pelo menos de modo significativo. Em contrapartida, aquela a que chamamos de "pequena agricultura", de que muitas das sociedades rurais retiram importantes benefícios (incluindo aqui o autoconsumo) em termos do rendimento familiar de muitos dos seus membros, mereceria uma atenção especial no quadro de apoios destinados à revitalização das aldeias... atenção que deve passar igualmente pela necessidade de viabilizar trocas (o mercado), que permitam soluções de comercialização que não excluam as micro iniciativas e os libertem dos requisitos fiscais repressivos hoje existentes.

Em quarto e último lugar, o, mais uma vez, imperativo de se compreender que o rendimento de grande parte das famílias de meio rural é proveniente de múltiplas fontes e actividades o que requer, nomeadamente,

a reconsideração da relevância de indicadores como a “criação de postos de trabalho”, entre outros, enquanto condição para o financiamento das intervenções. A verdade é que criar um posto de trabalho numa aldeia rural é consideravelmente mais difícil que fazê-lo em meio urbano. Não é sequer proporcional ao número de residentes...

4.4 Propósito dos financiamentos

Ao longo dos anos, tem havido programas de financiamento de apoio ao desenvolvimento rural e não se pode negar que, num ou noutro caso, se revelaram úteis. Mas o certo é que muitos deles não serviram o desenvolvimento rural (e local) e só mercê de grande imaginação conseguiram (às vezes) ser transformados em suportes de processos de efectivo desenvolvimento. Em quaisquer dos casos, impõe-se uma inflexão, tornando possível que:

- Possibilitem uma intervenção multisectorial, integrando também a “pequena agricultura” (aquela que se constitui como complemento do rendimento familiar de muitos dos e das residentes na aldeia).
- Permitam a combinação de acções materiais, como a realização de obras ou a aquisição de equipamentos, e imateriais, como as relacionadas com a animação/ facilitação dos processos e a qualificação de pessoas e suas organizações.
- Perspectivem a inovação social como ingrediente essencial dos “projectos de aldeia”, e, neste quadro, garantam a possibilidade de se experimentar soluções criativas e ajustadas às necessidades e oportunidades concretas identificadas em cada aldeia.
- Exijam a existência de um plano de governança que contemple uma parceria de acção efectiva, integrando entidades públicas e privadas, inclusive de níveis territoriais diversos (em parceria multi-level), e garanta amplo acesso e participação da sociedade local, a todos os níveis e em todos os momentos.
- Considerem escalas territoriais de intervenção diferenciadas (uma aldeia, uma rede de aldeias), em função do justificado ajustamento aos objectivos estabelecidos em cada caso.

- Viabilizem intervenções plurianuais, considerando o tempo longo de maturação dos processos cujo arranque ou consolidação é apoiado.
- Revejam, para efeitos de avaliação das propostas, a relevância – pelo menos como condição obrigatória ou decisiva e geralmente em valor absoluto – da criação de emprego, dando espaço à consideração de resultados e impactes – porventura mais difíceis de transformar em indicadores – ao nível da geração de rendimentos, da captação de novos residentes, da atenuação de carências infraestruturais ou outras, da constituição de redes colaborativas locais, da transferência de saber fazer, conhecimento ou tecnologias, etc., etc., valorizando componentes importantes da melhoria da qualidade de vida das populações e da atractividade e qualificação dos territórios.
- Contemplem o desenvolvimento social, cultural e educativo, e não apenas o económico, tendo presente que este é, no essencial, subsidiário dos processos de emancipação da pessoa humana.

4.5 Regras do financiamento

Mas não é só pelos propósitos que perseguem que os financiamentos se não adequam efectivamente às dinâmicas de desenvolvimento. Também pelas regras de funcionamento a que obedecem. Da experiência que recolhemos nas muitas dezenas de contactos que fizemos impõe-se, com efeito, que:

- Privilegiem as candidaturas que têm em conta a realidade das aldeias e do mundo rural e se orientem por eixos metodológico-estratégicos (como os que enumeramos) que assegurem a requalificação do local.
- Avaliem os projectos por recurso a indicadores privilegiadamente qualitativos e adequados à realidade concreta, tendo presente que a reconfiguração do rural implica acima de tudo qualidades e não quantidades.
- Capitalizem experiências anteriores, dos locais e dos Programas, absorvendo boas práticas comprovadas no passado, em vez de, de novo, “partirem do zero” (o que não significa deixar de apoiar dinâmicas “virgens”).

- Aliviem os procedimentos burocráticos, ampliando as condições de acesso por parte de entidades que não detenham as exigentes competências de produção de candidaturas e de gestão de projectos que são hoje requisitadas para efeitos de concessão de apoios (as quais, como se sabe, não são garantia da qualidade da proposta e dos resultados e impactes a produzir).
- Se orientem por uma lógica de acompanhamento, e não apenas fiscalizadora dos procedimentos administrativos e financeiros.
- Construam mecanismos de acompanhamento do próprio programa (não apenas dos projectos), em que participem de modo permanente as entidades beneficiárias e mesmo os destinatários finais das intervenções.
- Possam gerir diversos fundos estruturais (numa estratégia plurifundos), satisfazendo a natureza multisectorial e integrada das intervenções, ou pelo menos possibilitem a integração num mesmo projecto de acções financiadas por fundos diversos.
- Vejam reduzido o grau de "formatação" a que as medidas disponíveis habitualmente sujeitam os projectos candidatados, tornando possível uma maior heterogeneidade de intervenções no terreno, associada de resto às diferenças substanciais (de necessidades, de oportunidades, de recursos mobilizáveis, etc.) que encontramos no meio rural.
- Criem instâncias independentes junto das quais se possa proceder ao recurso das decisões de indeferimento.
- Prevejam formas de financiamento menos penalizadoras para as entidades apoiadas, nomeadamente pela disponibilização de adiantamentos ou pelo desenvolvimento de soluções de apoio financeiro complementares que permitam fazer face à comparticipação nacional nos casos em que o financiamento é apenas parcial.
- Se comprometam com o pagamento das tranches com prazos reduzidos, após a apresentação de contas; generalizem a prática de celebração de contratos-programa de colaboração.



www.asas.com.pt

Animar - Associação Portuguesa
para o Desenvolvimento Local

Rua Antero de Quental
Edifício Ninho de Empresas
Bairro Olival de Fora
2625-640 Vialonga

Telefone: +351 219 527 450

Fax: +351 219 521 322

E-mail: animar@animar-dl.pt

www.animar-dl.pt

Associação para o Desenvolvimento
do Concelho de Moura

Praça Gago Coutinho, nº 3, 1º
7860-010 Moura

Telefone: +351 285 254 931

Fax: +351 285 253 160

E-mail: adcmoura@adcmoura.pt

www.adcmoura.pt

ICE - Instituto das
Comunidades Educativas

Rua de Almada, Loja 2
Manteigadas
2910-227 Setúbal

Telefone: +351 265 783 006

Fax: +351 265 752 295

E-mail: alternativa.ice@gmail.com

www.iceweb.org

Financiado por:



Parceria:

